

## **Posições no campo da esquerda na década de 1960: bases teóricas, linhas interpretativas**

Tamires Assad Nery de Brito<sup>1</sup>

Na esquerda há gama bem diversificada de partidos e organizações que se comprometem com a prática da transformação social em favor da classe trabalhadora, associadas também a diferentes correntes da teoria marxista. Aqui no Brasil, como em toda parte, sua diversidade implica em diferenças nas interpretações feitas sobre a realidade brasileira.

Segundo Marcelo Ridenti, as diferenciações que marcam esses grupos, no período de que nos ocupamos, estão associadas a três ordens principais: “1) ao caráter da revolução brasileira (nacional democrática ou socialista); 2) as formas de lutas revolucionárias (maior ou menor peso das massas – urbanas ou rurais – na luta armada, desenvolvida em moldes que se aproximariam mais do modelo soviético, chinês ou cubano); 3) e o tipo de organização necessária ao processo revolucionário (no modelo partidário marxista-leninista ou com a flexibilidade organizacional inspirada no exemplo da guerrilha cubana)”<sup>2</sup>.

Bem, mas de que esquerda de fato estamos falando? Ainda segundo o autor, é possível caracterizar a esquerda a partir dos anos 1960 em três grandes tendências, por assim dizer, de acordo com os critérios expostos acima. São elas: 1) As que optaram pelo enfrentamento armado; 2) o Partido Comunista Brasileiro e 3) Organizações que tinham como elemento de unidade a crítica às teses pecebistas, a chamada nova esquerda, na qual a POLOP está inserida. Veremos abaixo, em linhas gerais, suas principais bases teóricas a partir das quais elaboraram táticas e propostas de enfrentamento. Daremos atenção especial ao debate no que se refere à ideia de partido, fundamental para entender as formulações do nosso objeto, a POLOP.

Influenciadas pelas obras de Che Guevara e Regis Debray, assim como nos exemplos Cubano e Chinês, cerca de quarenta organizações optaram pelo caminho da ação armada. Segundo Ridenti, estas organizações se formariam a partir das saídas de militantes do PCB, da POLOP e do PC do B. Há, entretanto, ainda nesta tendência, diferentes interpretações e táticas mesmo quando tratam da defesa da ação armada.

Os quadros saídos do PCB logo após o golpe manteriam, segundo o autor, a linha interpretativa do partido, reafirmado a necessidade da etapa democrático burguesa da revolução. Estariam entre estas organizações a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento Revolucionário 8 de

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>2</sup> RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos de 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia* (1964....) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 29.

Outubro (MR8)<sup>3</sup> e algumas Dissidências (DI's). Dos quadros saídos da Polop, estariam a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Comandos de Libertação Nacional (COLINA), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Do Partido Comunista do Brasil (PC do B) se formariam a partir de 1966, a Ala Vermelha, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), Movimento Revolucionário Marxista (MRM), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), dentre outros<sup>4</sup>.

No que tange ao debate em torno do partido, estão presentes divergências entre eles. A ALN, por exemplo, expressou forte crítica à noção de partido, reflexo, sobretudo, das críticas lançadas ao PCB acusado de imobilismo diante do golpe de 1964. As críticas se pautavam na eliminação do “*sistema complexo da direção que abrange escalões intermediários e uma cúpula numerosa, pesada e burocrática*”<sup>5</sup>, ou seja, o funcionamento e estrutura do partido prejudicavam sua efetividade. O partido aparece assim, negligenciado diante do privilégio da tática de ação revolucionária.

A ação revolucionária individualizada em pequenos grupos, a princípio, seria nas próprias palavras da ALN, a “potência de força” que impulsionaria a guerra revolucionária. Está previsto, numa fase posterior, a formação de um exército revolucionário, que se construiria a partir da adesão voluntária da classe trabalhadora, dos setores populares, que segundo a organização, seriam “despertados” pela ação dos guerrilheiros. É, portanto, “em torno desta potência de fogo, que surge do nada e vai crescendo pouco a pouco, a massa aglutina-se, constrói sua unidade e marcha para a tomada do poder”<sup>6</sup>.

De outro lado, organizações como a VPR (oriunda da POLOP) e a Ala Vermelha do PC do B, não abandonaram a tarefa de construção do partido, dedicando preocupação na função deste partido especialmente no que tange à relação com “massa”, mas o viam como produto da ação armada. A luta armada aparece então como mediação tática para a construção deste partido. Em documento produzido pela Ala Vermelha, em 1967, está posto

No presente momento, a tarefa mais urgente da revolução brasileira consiste em destacar os melhores e mais responsáveis quadros para preparar e desencadear a luta armada. A partir da eclosão da luta armada e com base no seu desenvolvimento, a tarefa da organização partidária será a de intensificar e estreitar suas relações com a massa e assumindo neste processo o papel de vanguarda do proletariado. É a partir daí que a tarefa de construção do partido de vanguarda do proletariado se torna possível e adquire seu verdadeiro sentido. Ao preparar e desencadear a luta armada, não pode abandonar o trabalho de preparação das condições necessárias para que, após o

---

<sup>3</sup> CAMURÇA, Marcelo Ayres, REIS, Daniel Aarão. *O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Da luta armada contra a ditadura a luta eleitoral no PMDB*. In: FERREIRA & REIS, op. cit.

<sup>4</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos de 1961-1971*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

<sup>5</sup> “O papel da ação revolucionária na Organização”. Maio de 1969. Ação Libertadora Nacional. In: REIS FILHO & SÁ, op. cit., p. 276.

<sup>6</sup> Idem, 275.

desencadeamento da luta armada, possa desenvolver a tarefa de se transformar na vanguarda do proletariado e da revolução<sup>7</sup>.

A VPR reconheceu a necessidade do partido como instrumento de luta. Seguindo linha de raciocínio próxima ao que foi exposta acima pela Ala Vermelha, o partido é visto também como produto da ação armada. O processo revolucionário é visto em duas etapas, a primeira correspondendo à ação armada, com a implantação da guerra revolucionária através dos focos de guerrilhas. E a segunda, fruto do trabalho político junto à classe, a integração desta na luta e a construção da vanguarda.

Compondo outra vertente, se encontra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tinha uma interpretação da realidade brasileira que desembocava na necessidade da realização da etapa democrático-burguesa. Grosso modo, essa etapa, segundo o PCB, seria necessária para desenvolver as forças produtivas capitalistas no Brasil, que até então não estariam desenvolvidas completamente pois se encontrariam ainda “restos feudais”<sup>8</sup>, em especial pelas relações que se faziam presentes no campo. Caracterizaria a economia no Brasil, segundo o partido, a

Agricultura baseada no latifúndio e nas relações précapitalistas [sic] de trabalho, predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica... Nos quadros dessa estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira<sup>9</sup>.

Para o partido, o desenvolvimento capitalista estava associado ao processo de crescimento do setor industrial que, embora já em pleno funcionamento, estava ainda “emperrado” por relações no campo que eles denominavam “semifeudais”.

O desenvolvimento capitalista, entretanto, não conseguiu eliminar os fatores negativos, que determinam as características do Brasil como um país subdesenvolvido... combinam-se em proporção variável, os métodos capitalistas à conservação da terra e das velhas relações semifeudais<sup>10</sup>.

Seriam ainda impedimento ao pleno desenvolvimento brasileiro as ações imperialistas norte-americanas, que segundo os pecebistas agiam como “*instrumento de*

<sup>7</sup> “Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da ‘União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’”. Ala Vermelha do PC do B, dezembro de 1967. In: REIS FILHO & SÁ, op. cit., p. 167.

<sup>8</sup> Essa caracterização encontramos também entre autores que mantinham vínculo orgânico com setores da esquerda, como o caso Nelson Werneck Sodré, militante do PCB, SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

<sup>9</sup> “Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro”. Março de 1958. In: *PCB: vinte anos de política*. Documentos. Livraria editora Ciências Humanas. 1980, p. 4.

<sup>10</sup> Idem, p. 05.

*controle da vida econômica e política do país*”<sup>11</sup>, principalmente no que diz respeito ao setor de exportação, pelas condições de concorrência no mercado internacional, bloqueando o processo de acumulação de capital nacional e, conseqüentemente, seu desenvolvimento. É dito na Declaração de março que

A exploração imperialista impõe pesado tributo à nação transferindo para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que reduz em consequência, a taxa de acumulação capitalista no país, diminui o ritmo do seu progresso e influi no baixo nível de vida de sua população<sup>12</sup>.

O imperialismo era assim visto como inimigo do desenvolvimento brasileiro e razão de estagnação, que deveria ser superada. E por esta interpretação o PCB fará de uma de suas bandeiras a luta antiimperialista.

As modificações no desenvolvimento econômico percebidas no contexto de produção da Declaração de Março (1958) apontam, como algo positivo, para um elemento progressista.

Nos quadros dessa estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Este desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e a expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas<sup>13</sup>.

O elemento progressista ao qual faz referência o partido é o crescimento do setor industrial e o desenvolvimento da burguesia industrial, sobretudo. Reconhecida como genuinamente brasileira, é chamada também de burguesia nacional e vista como rival do capital estrangeiro. O crescimento da influência deste setor progressista implica, para o partido, no fortalecimento e apoio a uma política nacionalista e democrática. Essa leitura irá permanecer nos horizontes ideológicos do PCB durante o período da ditadura civil-militar<sup>14</sup>.

O que está colocado nesta interpretação é que, portanto, a razão do “atraso” do Brasil está nas suas relações rurais, ainda num estado de feudalidade, e na dominação imperialista, impedindo que o “desenvolvimento” do país ocorresse. Por isso a necessidade da etapa democrático-burguesa e a luta contra o imperialismo.

Um parêntese para o sentido que a palavra “desenvolvimento” carrega neste contexto dos finais dos anos 1950-60. O sentido atribuído a esta palavra como progresso, crescimento, sobretudo industrial e urbano, é recorrente a partir de 1930, mas ganhará

---

<sup>11</sup> Idem, p. 06.

<sup>12</sup> Idem, p. 06.

<sup>13</sup> Idem, p. 7-8

<sup>14</sup> SANTANA, Marco Aurélio, ANTUNES, Ricardo. “O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na História Recente do Brasil”. IN: RIDENTI, Marcelo, REIS, Daniel Aarão (orgs.). História do Marxismo no Brasil. Volume 6. *Partidos e movimentos após os anos de 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Sobre o tema ver também: DIAS FILHO, Guilherme Cavalheiro. *O Partido Comunista Brasileiro e os movimentos de massa*. Análise da posição do PCB frente as greves de 1978-80. Dissertação de mestrado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

peso maior na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Segundo Sônia Regina de Mendonça<sup>15</sup> estavam em disputa projetos diferentes nos anos 1950. Seriam eles três. O primeiro projeto pode ser caracterizado pela defesa da livre entrada do capital estrangeiro no país, sem controles maiores por parte do Estado brasileiro. Este seria o chamado Nacionalismo neoliberal e encontrava na UDN e setores ligados ao partido seus defensores. O segundo, chamado de Nacionalismo radical, rejeitava a participação do capital estrangeiro, apoiando políticas de importação, seguindo assim a política varguista do período anterior. O PCB, setores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e outros apoiadores de Vargas, estão entre os que defendiam esta proposta. Em terceiro, e por fim, o nacional-desenvolvimentista, que encontraria um “meio-termo” entre as duas propostas anteriores, defendendo a necessidade do capital estrangeiro, entretanto sob controle e normas do Estado. Os empresários industriais estariam entre seus defensores e foi esta a proposta emplacada pelo Estado.

O nacional-desenvolvimentismo significou planos econômicos e políticas de Estado voltadas ao processo crescente de industrialização. O golpe de 1964, ainda segundo a autora, não alterou esse modelo econômico de acumulação capitalista. Ao contrário, reafirmou o nacionalismo-desenvolvimentista como orientação, agora sob a direção estatal da burguesia industrial<sup>16</sup>. Esse modelo econômico carregou consigo a imagem segundo a qual o desenvolvimento do país estava atrelado aos ideais de “progresso”, de crescimento urbano e, portanto, de um desenvolvimento capitalista avançado<sup>17</sup>. Esse projeto desenvolvimentista atendeu aos interesses e o processo pelo qual o capital estrangeiro e a fração burguesa industrial brasileira tornaram-se hegemônicas, mas dando continuidade ao modelo de acumulação e expansão capitalista obstaculizada pela crise de 1962-1964<sup>18</sup>.

Para Virgínia Fontes e Sônia Regina, a implicação desta política de empréstimos estrangeiros, na qual se baseou esse modelo, é o aumento da dependência da economia brasileira em relação à economia internacional, em que as relações de exportações se tornam maiores do que de importação. Essa relação se estabelece também no ponto da política de classes e associação da burguesia brasileira, típico de um desenvolvimento capitalista dependente<sup>19</sup>.

Como enfrentamento ao capitalismo, o PCB defenderia a possibilidade do caminho pacífico para a revolução brasileira, através da existência de um “governo

---

<sup>15</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

<sup>16</sup> Idem, p. 70.

<sup>17</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

<sup>18</sup> A crise dos anos 1962-64 foi uma crise tipicamente do capitalismo monopolista, uma crise de superacumulação. In: MENDONÇA, op. cit.

<sup>19</sup> MENDONÇA, Sônia Regina, FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil recente. 1964-1992*. Série Princípios. 3ª edição. São Paulo, Ática, 1994.

nacionalista e democrático”<sup>20</sup>. Entendem por caminho pacífico, a luta legal, seja através das instituições, com as eleições, sejam nos espaços legais de organização da classe trabalhadora. Nas suas próprias palavras, “o caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com as formas legais de luta e de organização da massa”<sup>21</sup>.

O partido como elemento de unidade da luta da classe trabalhadora também é valorizado, mas neste caso o partido não seria uma tarefa ainda por ser realizada (como pensavam algumas organizações que aderiram a luta armada, como vimos, e também como a Polop, como veremos adiante), este partido já existia, e era ele próprio: O Partido Comunista. Isto já estaria posto em todos os documentos do partido, como na Declaração de Março de 1958 ao afirmar que “*o proletariado necessita de uma vanguarda marxista-leninista organizada e combativa a fim de realizar sua política de classe. O Partido Comunista, que é esta vanguarda, deve ser capaz de cumprir o seu papel na ação política concreta*”<sup>22</sup>. Estaria, também, reafirmado na Resolução Política do V Congresso, de 1960, quando ao tratar sobre as tarefas do partido, afirma que

O Partido Comunista está chamado a desempenhar uma missão histórica, no curso da revolução brasileira, como vanguarda consciente e organizada da classe operária... A fim de cumprir seu papel independente, **o proletariado necessita do Partido Comunista, partido revolucionário da classe operária**, guiado pela teoria marxista-leninista, partido de ação política e de massas vinculado por múltiplos laços aos trabalhadores<sup>23</sup>.

Contrária a esta concepção pecebista, lançando duras críticas a sua linha interpretativa de um capitalismo ainda não desenvolvido no Brasil e aos seus caminhos para a revolução, apresenta-se aqui o que estamos chamando de uma terceira vertente no campo da esquerda. Faz parte deste grupo a Organização Revolucionária Marxista (ORM-POLOP) e as organizações que se formaram a partir dela.

A POLOP faria um debate aberto com o PCB, afirmando que o Brasil já tinha suas relações sociais capitalistas estabelecidas, ainda que não totalmente desenvolvidas, e portanto, a etapa democrática burguesa já havia sido superada. Teríamos, portanto, um país já capitalista e o caráter da revolução brasileira deveria ser socialista e não mais uma revolução burguesa.

---

<sup>20</sup> *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*, op. cit., p. 21.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 26.

<sup>23</sup> Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, 1960. In: *PCB: Vinte anos de política*, op. cit. Grifo nosso.

## **Caminhos polopistas e as tarefas da Organização: construção do partido revolucionário e a independência de classe**

Lênin escreveu o *Que fazer? Problemas cadentes do nosso movimento*<sup>24</sup>, em 1902, num contexto de acirrado debate no interior da Social-democracia russa. O escrito, encomendado pelo partido para uma reflexão sobre a sua organização, foi também uma resposta aos chamados modos “artesanais” de luta, fortemente criticados por Lênin, que demarcou o posicionamento e cisão da tendência marxista-leninista russa.

Segundo o autor, o que traduz o trabalho artesanal é a ausência de construção de uma “estratégia revolucionária”, a qual traça a definição de um objetivo e do que é preciso fazer para alcançá-lo. A ausência deste “plano” levou a sérias questões de deficiência organizativa, como quadros não preparados; ausência de táticas bem definidas voltadas para a construção da estratégia; “imediatismo” – por não pensar em políticas ao longo prazo, limitando-se o partido a ações imediatas que pouco avançam no sentido da estratégia. As consequências dessa forma artesanal é a própria destruição do trabalho, da articulação entre o partido e a classe trabalhadora. Todavia, o que entende Lênin por partido?

Colocando-se em oposição ao método artesanal, Lênin pensa o partido como organismo dirigente da classe, como elemento central na futura implantação da ditadura do proletariado, pois ele, também, através do trabalho dos propagandistas e agitadores, transformaria o “elemento espontâneo, que é a forma embrionária da consciência”<sup>25</sup> em consciência de classe. Em Lênin, a espontaneidade da classe não constrói sua consciência de classe, ela não é, pois, colocada como algo dado, mas construída pela simbiose das experiências operárias com a atividade educadora da organização de vanguarda, dos seus intelectuais. A consciência é então, neste caso, “vinda de fora”.

A consciência de classe corresponde, para ele, ao amadurecimento da classe em perceber-se de forma independente, oposta a outra classe, mas que também romperia os limites locais de solidariedade entre os trabalhadores (dos limites de “espontaneidade” da luta por categoria, por exemplo), e numa dimensão maior entenderia que, por mais diferentes que sejam os trabalhadores (com pautas diferentes), existe um lugar social comum, o da exploração social da sua força de trabalho. Esse processo é que permitiria a mudança de entendimento da “classe em si” para uma “classe para si”.

Para realizar seu papel de educar e dirigir a classe, a organização de vanguarda deve contar com quadros profissionais de militantes, o que reflete numa dedicação exclusiva à militância. Sua atividade deve ser orientada por uma linha estratégica bem definida para, diante das conjunturas que se possam apresentar, estabelecer táticas que estejam em linha com ela.

Em relação a sua estrutura interna, em face de um regime de Estado autoritário (como foi o caso no momento em que Lênin escreve seu texto, em pleno império

<sup>24</sup> LENIN, V.I. *Que fazer? Problemas cadentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

<sup>25</sup> Idem, p. 88

czarista) o líder bolchevique defendia a concentração das funções clandestinas em poucos dirigentes. Essa centralização levaria a organização a manter um Comitê Nacional e células regionais com funções bem definidas, baseada num trabalho discreto, hierarquizada, e em que os militantes, pouco ou quase nada, sabiam um dos outros, de acordo também com o nível de envolvimento na organização.

Aqui no Brasil, a POLOP se baseou nesses pressupostos para pensar em si mesma e na organização da classe. Buscou, sobretudo, compreender a realidade brasileira e elaborar táticas com o objetivo de inserção e “enraizamento” na classe trabalhadora, imprescindível para se pensar o que é o partido revolucionário para ela. O Partido revolucionário é, pois, a expressão desse enraizamento.

Em 1967, antes mesmo do IV Congresso acontecer, em meio aos debates para a construção do Programa, Érico Sachs escreve um documento intitulado *Formar a Vanguarda Proletária Linha estratégica da Organização*<sup>26</sup>. Nele apontou os espaços a serem ocupados pelos militantes revolucionários para realizar suas tarefas. Seriam, em especial, os locais de trabalho operário, onde pudessem construir lideranças operárias e demarcar resistências nas lutas cotidianas. Assim, teriam papel fundamental a disputa nos sindicatos e também a criação de comitês de imprensa.

Mas não só a fábrica deveria ser entendida como lugar a ser ocupado pelos revolucionários, não poderia limitar-se às lutas nesse espaço. Para Érico Sachs, era preciso ampliar para outras “frentes de penetração”, como os bairros, em especial os de maior caráter operário, as associações locais, escolas noturnas, movimento estudantil e tantos outros lugares em que fosse possível “ganhar” outras categorias de trabalhadores como os camponeses, cabos, marinheiros, advogados, etc. A atividade propagandista deveria chegar a todos os espaços possíveis.

Essa luta travada, de início, pelos militantes revolucionários, dependeria também da unidade em que deveria se encontrar a esquerda. Já apontamos aqui as críticas veementes lançadas pela POLOP ao PCB e àqueles que adotaram sua interpretação. Porém, ao mesmo tempo, com estas críticas, a emergência de outros setores também críticos abria possibilidades de alianças. Colocou-se, assim, como necessidade a criação de uma Frente de Esquerda Revolucionária, que refletisse “o estabelecimento de uma unidade de ação, em torno de princípios básicos e com fins imediatos de luta contra a ditadura e mobilização para a classe operária”.

A questão da unidade da classe é tema recorrente nos documentos da Organização de forma geral. Está presente tanto no *Programa Socialista para o Brasil* como no documento de Eric Sachs, “Formar a Vanguarda Proletária”. Não à toa o tema aparece, pois é elemento base da construção do partido revolucionário e principal tarefa dela enquanto Organização: Trabalhar e atuar para promover o “enraizamento” na classe trabalhadora, utilizando-se também das “forças” possíveis no campo da esquerda. Unir-se a outros grupos que se colocavam no mesmo referencial teórico-político para tal atividade.

---

<sup>26</sup> SACHS, Érico. “Formar a vanguarda proletária”. In: *POLOP: Uma trajetória de luta pela Organização independente da classe operária no Brasil*. Documentos publicados. Organizadores: Pery Fálcon e Orlando Miranda. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.

Ao apresentar o que seriam as tarefas dos intelectuais revolucionários, o autor se questiona sobre a condição real de a Organização realizar os objetivos estabelecidos. Disse ele: “*Se nós visamos colocar atualmente, de modo concreto, o problema estratégico e tático para a Organização, temos de colocar, antes de tudo, a questão: qual é a nossa força material? Qual o nosso exército?*”<sup>27</sup>. De imediato, fazia crítica aos companheiros que levantavam o foco guerrilheiro como caminho para a aglutinação de forças para combater a ditadura civil-militar instalada e para construir o partido e a Frente. Contudo, na avaliação de Sachs, as forças de que dispunha a Organização em 1967 não eram suficientes para se acreditar nessa possibilidade.

Nestas circunstâncias, tem pouco sentido atualmente se a nossa tática é de “cerco” ou de “assalto”. Ou a cômoda crítica de que a Organização não há estratégia para derrubar a ditadura. Este argumento, em especial, ou não é muito sincero, ou trai uma concepção política absolutamente burguesa de luta. Uma estratégia para derrubar a ditadura de caráter imediatista, só poderia ser concebida em alianças com as formas que ainda dispõem de poder real, com “exércitos”, isto é, com facções da classe dominante. Semelhante aliança, que deveria se basear na ficção de que as facções descontentes da classe dominante estejam dispostas a levar a luta contra a ditadura até as últimas consequências, teria de sacrificar posições proletárias independentes<sup>28</sup>.

Desconsiderando a possibilidade de alianças com setores burgueses (o que é bem definido na linha política da Organização), Sachs insiste na reflexão das condições reais de realizar os objetivos que propõe. Não se referia exatamente ao tamanho da organização, mas à “qualidade” da formação dos quadros e os crescentes problemas internos que se colocavam de maneira a interferir, de forma significativa, na atuação da POLOP. Essa é uma questão que sempre reaparece e que parece também não ter sido resolvida pelos seus militantes.

*O Programa Socialista para o Brasil*, que foi aprovado meses depois,<sup>29</sup> definia suas tarefas imediatas. Defenderia

---

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem

<sup>29</sup> Este IV Congresso também marcaria uma nova fase da Organização. Neste momento, em grande medida pelas discussões em torno da construção do programa, teremos um processo de cisão, levando a criação do Partido Operário Comunista. COELHO, Erelino Teixeira, GOMES, Igor, JORGE, Henrique. *Política Operária*, 1959-1986. História de uma organização revolucionária brasileira. Projeto de Pesquisa. Feira de Santana, 2009. COELHO, Erelino. “Dissonâncias à esquerda: a Polop, o golpe e a ditadura militar”. IN: MATTOS, Marcelo Badaró, VEGA, Rúben (orgs.) *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. CORRÊA, Lucas Andrade de Sá. *Um nome e um programa: Érico Sachs e a Política Operária*. Dissertação de Mestrado em História Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2014. SACHS, Érico. “Formar a vanguarda proletária”. In: *POLOP: Uma trajetória de luta pela Organização independente da classe operária no Brasil*. Documentos publicados. Organizadores: Pery Fálcon e Orlando Miranda. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.

A formação de um partido revolucionário que lidere a classe operária será resultado do enraizamento do programa e das concepções de lutas definidas anualmente pela *Política Operária* nos setores mais combativos do proletariado brasileiro. Simultaneamente será fruto do amadurecimento do conflito latente entre as bases e as lideranças nas organizações reformistas tradicionais e nas correntes centristas que se formaram nas lutas internas verificadas na esquerda<sup>30</sup>.

Pelo que nos é apresentado pelo documento, a tarefa de construção do partido revolucionário exigiria esforços em duas tarefas principais da sua vanguarda (a POLOP): de um lado, a tarefa política junto à classe e ao seu cotidiano, envolvendo-se nas suas lutas diárias, através do trabalho de denúncias, propaganda e agitações. Seria essa a forma de “enraizar” a teoria marxista leninista, unindo teoria e prática.

E de outro lado, caberia à POLOP enquanto vanguarda, disputar ideologicamente seu projeto político, combatendo o que ela entende por políticas reformistas e centristas, críticas ao PCB e ao PTB, respectivamente. No seu entendimento as “organizações reformistas e centristas”, só atuariam no sentido de atrasar e impedir o amadurecimento da classe (sua consciência) ao lhe apresentar pautas pequeno-burguesas. Era pois, parte deste processo de construção do partido, combater essas influências. Estas duas frentes de trabalho expressam a defesa de que a consciência da classe não se constrói sozinha, pela espontaneidade das suas reivindicações e lutas, mas na medida em que conduzida e educada pela organização de vanguarda.

O proletário chega à consciência socialista a partir das lutas econômicas e políticas que trava contra o poder burguês, na medida em que a vanguarda aponta os objetivos que elevam o nível de luta e formam uma consciência de classe. No caminho para a revolução socialista no Brasil coloca-se, como primeiro passo, a luta pela destruição das bases sociais da ditadura. Nessa luta travada hoje, o proletariado acumula suas forças para as transformações revolucionárias que será chamado a dirigir.<sup>31</sup>

É nestes moldes que a “*constituição de um Partido Revolucionário que lidere a classe operária, ideológica e organizatoriamente, independentemente de toda influência burguesa, permanece a tarefa da vanguarda revolucionária do país*”<sup>32</sup>. O Programa da Organização reafirma elementos que já encontramos na literatura leninista, são eles em especial três básicos para a política pretendida pela Polop: um proletariado consciente (a consciência de classe), os níveis das lutas a serem travadas no sentido de acumular forças para o amadurecimento da classe, e em decorrência desta a existência (construção) do elemento dirigente: o partido.

Parte essencial deste projeto político diz respeito à necessidade deste partido revolucionário que serviria como força propulsora da revolução socialista no país. Desde a sua fundação, o objetivo principal sempre foi esse e todas as suas ações e posicionamentos eram voltados para esse objetivo. Variaram assim, durante sua

---

<sup>30</sup> “Programa socialista para o Brasil”. In: *POLOP*, op. cit., p. 144. Itálico do próprio documento.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 146.

<sup>32</sup> “Programa socialista para o Brasil”. In: *POLOP*, op. cit., p. 144-145.

trajetória, as ações tomadas pela Organização que respondiam às condições concretas de determinado momento vivenciado, buscando sempre direcioná-las para a construção do partido.

A importância do partido se dá na medida em que ele se configuraria, segundo a Organização, como núcleo aglutinador e dirigente da Frente dos Trabalhadores da Cidade e Campo, “materializando a aliança entre o proletariado independente e as demais classes exploradas”<sup>33</sup>. Ele seria o coordenador das lutas contra a ditadura e da implantação do Governo de Transição.

A Organização entendia que a luta revolucionária seria fruto das lutas travadas em outras duas dimensões, a luta econômica e a luta política, sendo esta última composta também pela luta ideológica. E o ponto de partida para a construção de um proletariado independente se daria a partir daí<sup>34</sup>.

A luta econômica ou profissional é aquela em que os trabalhadores buscam melhores condições de trabalho, sem, contudo representar uma ameaça à ordem do sistema capitalista, prevendo apenas algumas reformas que não chegariam a reivindicar nenhuma transformação social profunda, ou seja, o fim do regime capitalista. Para a POLOP era importante a sua participação nessas lutas, por ser esta a resistência mais elementar contra a exploração capitalista. Para ela a luta econômica

representa um passo indispensável e inicial para a movimentação e organização da classe, uma escola para futuras batalhas contra o sistema capitalista em si. Cada campanha salarial, cada greve, cada operação tartaruga é uma luta parcial que servirá ao movimento revolucionário para transformar a solidariedade de classe do proletariado em consciência de classe, isto é, para fazê-lo compreender o conjunto da luta de classes e seu próprio papel<sup>35</sup>.

A importância da luta econômica estaria justamente em, através das denúncias das condições de trabalho, despertar a consciência de classe fazendo com que a classe operária se conscientize do sentido da exploração, ainda que isso não seja o suficiente para que a revolução aconteça.

A luta política já expressaria um grau maior de amadurecimento da classe operária, que pelo trabalho dos militantes revolucionários chegaria à consciência de classe. E para a Organização só se consegue esse nível de maturação quando se trava também a luta na dimensão ideológica, e quando esta mantém uma ligação estreita com a luta econômica, representando assim a simbiose entre a teoria marxista-leninista e a prática.

---

<sup>33</sup> Idem, p. 142.

<sup>34</sup> O referencial aqui, para o que a Organização entende por independência de classe é o próprio Lênin. A independência de classe corresponde a construção da consciência de classe, fundamental para a construção do partido revolucionário. LENIN, op. cit.

<sup>35</sup> *Caderno Sobre a linha*. Autor: CN da OCML-PO. S/ data. Tipo: Livreto. Acervo Nacional Victor Meyer (LABELU/UEFS). Referência no acervo: [(9a)2].

É preciso considerar que essa luta política só será travada consequentemente por um proletariado que tenha se libertado da tutela ideológica da burguesia e que tenha assimilado, em diversos níveis, a teoria do socialismo científico, como foi elaborado e desenvolvido pelo marxismo. Somente a constante luta ideológica, fundamentada na teoria do marxismo, pode, de um lado, transformar esses elementos em revolucionários e de outro, repelir as ideologias pequeno-burguesas, que na prática visam amarrar novamente o proletariado à política burguesa<sup>36</sup>.

A luta ideológica era uma das tarefas dos militantes revolucionários, que deveriam ocupar os espaços de luta econômica e disputar ideologicamente nesses espaços e na esquerda, como já foi mencionado.

Podemos perceber, nestas poucas páginas, as premissas principais que diferenciavam a POLOP em relação às demais organizações e partidos de esquerda. Sua singularidade se explicita, ao propor uma interpretação diferenciada da realidade brasileira e também ao elaborar propostas que negam, de forma substanciada, a tese de organização da classe, em especial do partido, como fruto da ação espontânea dos trabalhadores.

Artigo recebido em 31.3.2022

Aprovado em 24.5.2022

---

<sup>36</sup> Idem, p. 7.